



APR/2024

Proteção à Infância e Adolescência no Turismo



SETESC
Secretaria de Estado
de Turismo, Esporte
e Cultura



GOVERNO DE
**Mato
Grosso
do Sul**



PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO TURISMO

Manual de Boas Práticas - Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – 2021

O Programa Turismo Sustentável e Infância é uma ação do Ministério do Turismo, apoiado e implementado pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, que tem por objetivo trabalhar a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes em todos os níveis do turismo brasileiro e ao mesmo tempo desenvolver, através da atividade turística, proteção ao meio ambiente, redução da pobreza e das desigualdades regionais, por meio da criação de empregos e geração de renda.

Constituição Federal de 1988 - Art. 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Estatuto da Criança e do Adolescente - Art. 5: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

Código de Ética Mundial do Turismo - Trecho do Art. 2: "A exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual, e em particular quando afeta às crianças, fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência".

Este manual procura demonstrar as situações de risco e prevê sugestões de boas práticas, iniciativas simples e de baixo custo, que fazem diferença na construção de uma atividade turística que beneficie não só os negócios como também o desenvolvimento verdadeiramente sustentável de toda a sociedade.



A **violência sexual** é caracterizada pelo abuso ou pela exploração sexual. Todos os empresários, colaboradores e profissionais dos meios de hospedagem*, agentes de viagem, provedores de serviços**, guias de turismo, etc. podem identificar sinais dessa violência, prevenir o acontecimento e contribuir para seu enfrentamento. Para isso, é fundamental que todos tenham conhecimento sobre **o que é a exploração sexual e como agir** diante dela.

** A expressão “meios de hospedagem” compreende hotéis, pousadas, flats, albergues, motéis, acampamentos, etc.*

*** Entre eles, transportes, bares, restaurantes, lanchonetes e similares, etc.*

- O **abuso sexual** é a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. Essa violência frequentemente é praticada por uma pessoa com qual a

criança ou adolescente possui uma relação de confiança e que geralmente participa do seu convívio. Ela pode acontecer dentro do ambiente doméstico ou fora dele, com ou sem contato físico direto.

- A **exploração sexual** é o uso de uma criança ou adolescente com propósitos sexuais envolvendo troca por dinheiro ou favores*. Ela pode acontecer de diferentes formas, como tráfico de pessoas, pornografia e sujeição de crianças e adolescentes à situação de prostituição. Pode também ocorrer em diferentes contextos, direta ou indiretamente relacionados com a atividade turística, tais como postos de gasolina, margem de rodovias, áreas de influência de grandes obras e na internet. Pode relacionar-se a redes criminosas mais complexas e envolve aliciadores que lucram intermediando a relação da criança ou do adolescente com o cliente.

** É importante ressaltar que não apenas o pagamento em dinheiro caracteriza a exploração sexual, mas também a concessão de facilidades, status ou bens como presentes, roupas, passeios, entre outros.*



As empresas e os profissionais do turismo devem:

- Estimular e adotar práticas éticas e socialmente responsáveis.
- Fazer uso de imagens e enunciados que exaltem os reais atrativos turísticos, culturais e históricos do destino.
- Evitar apelos eróticos, ou de duplo sentido, em materiais promocionais do destino e da empresa.
- Observar os conteúdos dos materiais promocionais de terceiros a serem expostos aos turistas, evitando que imagens ou mensagens façam apologia à erotização de crianças e adolescentes.

- Disseminar campanhas e materiais educativos sobre a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes a todo seu ambiente de ação.
- Apoiar programas de inclusão social de adolescentes e jovens a fim de favorecer sua inserção no mercado formal de trabalho (ex. Programa Jovem Aprendiz).
- Estimular o investimento social em programas e projetos de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.
- Orientar os seus colaboradores sobre o reconhecimento, notificação e denúncia de situações de exploração sexual de crianças e adolescentes e mantê-los informados sobre a legislação vigente que criminaliza a exploração sexual dos mesmos.
- Exigir de seus colaboradores o compromisso de que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime e que sua prática não será tolerada em nenhuma circunstância.



As boas práticas no setor empresarial

I – Meios de hospedagem

Pela natureza do negócio, este segmento deve se manter vigilante no controle do acesso de crianças e adolescentes acompanhadas ou desacompanhadas de pais ou responsáveis às unidades habitacionais dos equipamentos, assim como desenvolver treinamentos específicos para os colaboradores da empresa, com o intuito de estabelecer políticas éticas e consistentes contra qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes ou práticas de trabalho infantil.

- Não permitir a hospedagem ou pernoite de crianças e adolescentes desacompanhadas dos pais ou responsáveis, conforme Art. 250 do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA).

» **ECA - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Art. 82:** É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

» Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere: (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

Pena – multa. (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 1º - Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 2º - Se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento será definitivamente fechado e terá sua licença cassada. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

- Exigir o preenchimento da ficha de hospedagem para as crianças e adolescentes, mesmo se os responsáveis já a tiverem preenchido.
- Após o preenchimento das fichas de hospedagem, solicitar os documentos de identidade de todos e fazer a conferência dos dados de parentesco.
- Tornar público o compromisso da empresa com a promoção do turismo sustentável e a proteção das crianças e adolescentes.
- Não submeter colaboradores com idade entre 16 e 18 anos a trabalhos insalubres ou noturnos.
- Estabelecer cláusulas contratuais com organizadores de excursões com grupos de crianças e adolescentes (inclusive escolas e igrejas), condicionando a hospedagem mediante autorização, por escrito, dos pais ou responsáveis de cada hóspede com menos de 18 anos.

- Exigir dos colaboradores o cumprimento das legislações em relação à promoção do turismo sustentável e proteção das crianças e adolescentes, fazendo uso de medidas disciplinares, quando necessário, para evidenciar o comprometimento da empresa com a causa.
- Notificar os órgãos competentes sobre situações suspeitas de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes ocorridos no ambiente interno ou externo do meio de hospedagem.
- Fixar informativos nas áreas de acesso do equipamento, com informações do Disque Direitos Humanos (100) e outros.
- Informar aos colaboradores sobre os canais de denúncia e sobre como agir em situações suspeitas ou flagrantes - Conselhos Tutelares ou Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente.
- Informar os Conselhos Tutelares e as autoridades policiais sobre qualquer irregularidade ou suspeita relacionada com o cumprimento da legislação vigente.
- Dar visibilidade às placas obrigatórias de caráter informativo, previstas em lei, informando que a exploração sexual é crime e que a venda de bebidas alcoólicas é proibida para crianças e adolescentes.

» **Lei federal nº 11.577/2007** - Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica (bares, boates, hotéis, restaurantes, lanchonetes e similares, postos de gasolina e outros estabelecimentos) de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

- Definir política de gorjeta no estabelecimento, de modo a evitar a remuneração ilícita para fins de exploração sexual entre hóspedes e colaboradores.
- Estimular a implantação do sistema de orientação e controle dos taxistas, mototaxistas e frota que se posicionam em frente ao meio de hospedagem, com relação à postura ética e prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes.

- Manter vigilância no acesso de pessoas que não estejam registradas no meio de hospedagem.
- Suspender contrato com fornecedores que façam uso de mão de obra infantil.
- Restringir o acesso de crianças e adolescentes a sites, revistas e filmes de conteúdos pornográficos nas dependências do meio de hospedagem.
- Proibir a venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas, produtos fumígenos ou outras substâncias psicoativas que causam dependência física ou psíquica para as crianças e adolescentes menores de 18 anos.

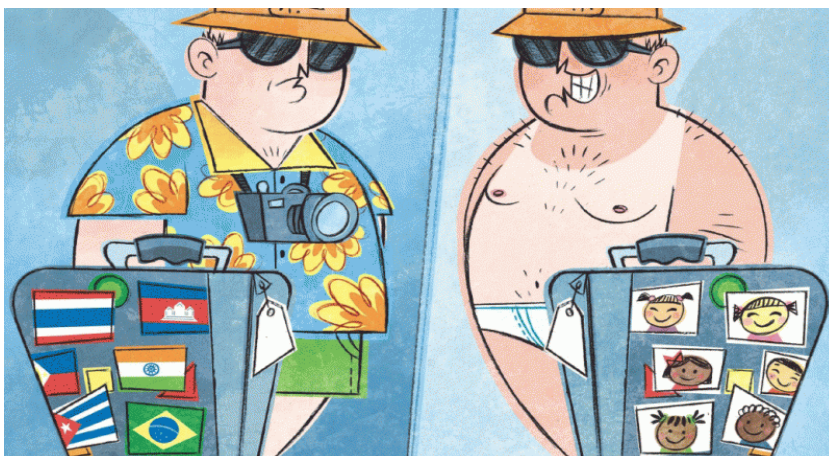
» **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990** - Estatuto da Criança e do Adolescente passa a vigorar com a seguinte redação em seu Art. 243:

Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

» **Lei Estadual nº 4.173 de 23/03/2012 - Art. 1º** - É proibido vender, ofertar, fornecer, entregar e permitir o consumo de bebidas alcoólicas, ainda que gratuitamente, aos menores de dezoito anos de idade.

- Impedir a publicação de peças de comunicação da empresa que exponham crianças e adolescentes como atrativos turísticos.
- Solicitar às Secretarias de Turismo, organizações não governamentais ou ao Ministério do Turismo materiais de divulgação de campanhas educativas de proteção à infância para serem distribuídos nos eventos realizados nas dependências do equipamento.

- Atenção especial para qualquer forma assédio por parte de hóspedes ou taxistas, na tentativa de favorecer encontros de clientes com crianças e adolescentes.
 - Controlar com rigor o acesso de crianças e adolescentes a eventos, por meio do documento de identificação, garantindo que os menores de 18 anos não estejam desacompanhados de pais ou responsáveis.
 - **Atenção ao atendimento:** Proibir a venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas ou outras substâncias psicoativas que causam dependência física ou psíquica para as crianças e adolescentes, de acordo com o ECA.
 - **Atenção aos recepcionistas:** Zelar para que a recepção não intermedeie serviços inadequados a uma postura de proteção à criança e ao adolescente, conforme estabelece o Código de Ética do Profissional em Hotelaria.
 - **Atenção às camareiras:** Devem relatar qualquer discrepância identificada quando da arrumação dos apartamentos. Observar com atenção a presença de brinquedos, fotografias, preservativos, filmes pornográficos ou peças íntimas nas unidades habitacionais.
- **Atenção:** Em apartamentos cujo *check in* consta como single, a presença de qualquer objeto suspeito deve ser relatada imediatamente.



II – Agências de viagem e Meios de transporte

Pela natureza do negócio, estes segmentos devem se manter vigilantes ao movimento de crianças e adolescentes acompanhadas ou desacompanhadas de pais ou responsáveis.

- Manter os clientes e colaboradores informados da legislação que trata da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

» **Estatuto da Criança e do Adolescente - Art. 244-B** - Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.

Pena: reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º - Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive sala de bate-papo da internet.

§ 2º - As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do artigo 1º da **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990** (Esta lei dispõe sobre os crimes hediondos, estando o estupro e o estupro de vulnerável incluídos entre eles).

» **Código Penal - Art. 228** - Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone.

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

Pena: reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 2º - Se o crime for cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena: reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.



- Disponibilizar, nas instalações e em veículos de transporte, materiais de caráter informativo que abordem a política de proteção à infância no turismo.
- Não comercializar pacotes de viagens ou transportar grupos que tenham em sua programação visita a estabelecimentos em que ocorra exploração sexual. Isso pode configurar favorecimento da prostituição, o que é crime, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Penal Brasileiro,.
- Denunciar, através do Disque Direitos Humanos Nacional (Disque 100) ou órgãos estaduais, acionar as autoridades locais, a exemplo dos Conselhos Tutelares ou Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente, sempre que houver suspeita de favorecimento à exploração sexual ou que algum colaborador tenha sido solicitado a favorecer o encontro de clientes com crianças ou adolescentes.
- Notificar aos órgãos competentes situações suspeitas envolvendo agências empresas legalizadas ou clandestinas.

- Proibir a exibição de vídeos ou músicas com conteúdo eróticos ou que exponham e depreciem a imagem de crianças, adolescentes e mulheres em qualquer ambiente utilizado ou frequentado pelos turistas.
- Evitar materiais promocionais com uso apelativo da imagem da mulher como atrativo turístico.
- Evitar materiais promocionais com conteúdo preconceituoso ou em relação à faixa etária, etnia, preferência sexual, condições socioeconômicas, etc.



• 10 MANDAMENTOS DA PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

I. Comportamentos inadequados entre adultos e crianças ou adolescentes (mesmo entre parentes próximos).

II. Fotografias ou filmagens repetidas ou inapropriadas.

III. Proximidades excessivas e constantes.

IV. Contatos demasiados e inconvenientes, principalmente em momentos de isolamento.

V. Mudanças de comportamento quando na presença ou ausência dos pais.

VI. Problemas com socialização, como isolamento ou silêncio excessivos.

VII. Consumo de álcool ou produtos fumígenos.

VIII. Comportamento ou vocabulário excessivamente sexualizados.

IX. Marcas de traumatismos físicos, como hematomas ou arranhões.

X. Presença de objetos estranhos nas habitações como, por exemplo, preservativos, peças íntimas, fotos, vídeos ou revistas de conteúdo sexual ou pornográfico.



Proteção à Infância e Adolescência no Turismo

Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

Bruno Wendling

Diretor-presidente da Fundação de Turismo
de Mato Grosso do Sul

Geancarlo de Lima Merighi

Diretor de Desenvolvimento do Turismo

Edson Moroni Vicente Cardoso Marques

Gerência de Estruturação e Inovação da Oferta Turística



É permitida a reprodução integral para fins institucionais/educacionais.

©Bolivar Porto/2024 (Assessoria técnica)

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL • FUNDTUR-MS
Avenida Afonso Pena, 7000 • Parque das Nações Indígenas • Portal Guarani
Campo Grande (MS) • CEP: 79031-010 • Fone: (67) 3318-7600
fturismo@fundtur.ms.gov.br

